



“NÃO BASTA RECONHECER NOSSAS NARRATIVAS É PRECISO RECONHECER NOSSAS NARRADORAS”:

DIÁLOGOS ANTIRRACISTAS NO CHÃO DA ESCOLA A PARTIR DE ELIANE POTIGUARA E CÉLIA XAKRIABÁ

“IT IS NOT ENOUGH TO RECOGNIZE OUR NARRATIVES, WE MUST RECOGNIZE OUR NARRATORS”: ANTI-RACIST DIALOGUES ON THE SCHOOL FLOOR BASED ON ELIANE POTIGUARA AND CÉLIA XAKRIABÁ

Áquila Bruno Miranda¹
Cristina Carla Sacramento²
Verônica Mendes Pereira³

RESUMO

O artigo tem por objetivo refletir sobre a potencialidade das literaturas produzidas por mulheres indígenas para a formação antirracista de professoras na educação infantil, bem como para a construção de um fazer-saber em diálogo com a vida e a obra de Eliane Potiguara e a “Ancestralitura”, nos termos utilizados por Célia Xakriabá. A pesquisa-intervenção foi desenvolvida com duas professoras e suas turmas de Educação Infantil, somando um total de aproximadamente 20 crianças, numa escola pública atingida pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana-Minas Gerais, na qual buscou-se evidenciar a produção histórica e cultural da população negra e indígena. Como resultado destaca-se que a obra o “Pássaro Encantado” e o conceito de Ancestralitura evidenciam o papel das mulheres indígenas como guardiãs da memória e destacam a força da mulher indígena como corpos-territórios de resistência, de memória e de afirmação identitária. Conclui-se que a força da ancestralidade presente na oralidade e na escrita das mulheres indígenas nos ensina a contracolonizar as práticas escolares. No campo da educação infantil, ao assumir a literatura indígena, sobretudo, aquelas produzidas por mulheres, é possível forjar espaços para construção de caminhos para romper com o universalismo eurocêntrico/moderno/colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura indígena. Educação antirracista. Ancestralitura. Lei 11.645/2008. Formação docente.

1 Discente de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGPSI/UFMG). Mestre em Educação pela UFMG. Graduada em Psicologia pela UFMG, com período Sanduíche na Università de Bologna-Itália. Professora colaboradora da Pós-Graduação em Psicodrama pelo Instituto Mineiro de Psicodrama (IMPSI). E-mail: aquilabruno@gmail.com.

2 Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (DEEDU-Ufop). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Educação e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: cristina.sacramento@ufop.edu.br.

³ Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Bolonha. Doutora e mestra em Educação e Graduada em Pedagogia pela UFMG. E-mail: veronica.pereira@ufop.edu.br.



ABSTRACT

The article aims to reflect on the potential of literature produced by indigenous women for the anti-racist training of teachers in early childhood education, as well as for the construction of a way of knowing in dialogue with the life and work of Eliane Potiguara and “Ancestral Reading”, in the terms used by Célia Xakriabá. The research-intervention was carried out with two teachers and their Kindergarten classes, a total of approximately 20 children, in a public school affected by the collapse of the Fundão dam in Mariana- Minas Gerais, in which we sought to highlight the historical and cultural production of the black or indigenous population. The results show that the work “The Enchanted Bird” and the concept of Ancestral Reading highlight the role of indigenous women as guardians of memory and the strength of indigenous women as bodies-territories of resistance, memory and identity affirmation. The conclusion is that the strength of ancestry present in the orality and writing of indigenous women teaches us to counter-colonize school practices. In the field of early childhood education, by taking on indigenous literature, especially that produced by women, it is possible to forge spaces for building paths to break away from Eurocentric/modern/colonial universalism.

KEYWORDS: Indigenous literature. Anti-racist education. Ancestral reading. Law 11.645/2008. Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

“Quando a Literatura é produzida por nós indígenas, estamos afirmando um compromisso com a conscientização da sociedade brasileira sobre os valores que os povos originários carregam consigo, apesar dos cinco séculos de colonização” (Munduruku, S.D. apud Tabajara, 2018).

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a potencialidade das literaturas produzidas por mulheres indígenas para a formação antirracista de professoras na educação infantil, bem como para a construção de um fazer-saber em diálogo com a vida e a obra de Eliane Potiguara e a “Ancestralitura”, nos termos utilizados por Célia Xakriabá, conforme nos foi apresentado em sua defesa de doutorado, em outubro de 2024, na Universidade Federal de Minas Gerais. Para Célia Xakriabá a Ancestralitura pode ser compreendida como a transmissão atemporal do conhecimento por meio da literatura. Para ela, esse processo vai além da razão, envolvendo também a espiritualidade, sendo um texto construído a partir da vivência e da pesquisa em movimento.

Este trabalho considera, portanto, os pressupostos da Lei 11.645/2008 que, ao atualizar a Lei 10.639/2003, alterando o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB9394/1996), definiu que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (Brasil, 2008). A aprovação da Lei pode ser compreendida à luz das contribuições do intelectual indígena Edson Kayapó e da intelectual latino-americana Tamires Brito (2014, p. 39), ao analisarem



a sua implementação e ponderarem que desde a chegada dos portugueses no século XVI e o seu impacto nas formas de organização dos povos originários, bem como sua dizimação,

As escolas e seus currículos, por sua vez, sutilmente vêm acompanhando a ação genocida do Estado brasileiro, seja no silenciamento desses povos na história e no estudo da História, na transformação de suas culturas em folclore nacional, ou ainda condenando os a um passado longínquo da História nacional.

Neste sentido, questiona-se: como fazer chegar às professoras da Educação Básica uma literatura infantil produzida por mulheres indígenas? Como mobilizar e construir reflexões sobre a ancestralidade e a história e cultura indígenas, sobretudo, quando elas atuam junto a crianças da Educação Infantil? Estes foram os desafios assumidos numa pesquisa – ação, realizada nos anos de 2021 e 2022, junto a uma escola pública de um município de Minas Gerais, cujo objetivo foi mediar o processo de formação crítica para o enfrentamento das desigualdades de gênero, atenta a questão racial, no contexto da pandemia da Covid-19, utilizando a Literatura infantil produzida por mulheres negras e indígenas⁴.

A pesquisa-ação realizou uma série de ações, buscando romper com o processo histórico de tentativa de invisibilidade dos povos negros e indígenas, de modo a possibilitar que os seus saberes alcançassem professoras e estudantes da Educação Infantil. Em outras palavras, dar-lhes “audibilidade e visibilidade” (Kayapó; Brito, 2014), operando um deslocamento do lugar atribuído a eles, via de regra personagens de narrativas distorcidas e estereotipadas para a condição de autoria.

As ações foram construídas e desenvolvidas com duas professoras e suas turmas de Educação Infantil, um total de aproximadamente, 20 crianças, numa escola pública atingida pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana- Minas Gerais⁵. Foram realizadas oito oficinas, sendo quatro delas com as professoras e quatro com as crianças, nas quais buscou-se evidenciar a produção histórica e cultural da população negra ou indígena. Por se tratar de uma pesquisa financiada pelo Ministério Público do Trabalho, foram adquiridas, entre outras, as obras “Outra educação é possível” (2018) da escritora, educadora e intelectual negra Luana Tolentino e “Povos indígenas no Brasil Mirim” (2020) do Instituto Socioambiental (ISA) que foram fornecidas às professoras participantes e subsidiaram o trabalho nas oficinas, com vistas a qualificar as reflexões

⁴ Considerando os limites deste trabalho, é importante ressaltar que a pesquisa também mobilizou obras da autoras e intelectuais Kiusam de Oliveira e Auritha Tabajara, mulheres negra e indígena, respectivamente.

⁵ Conforme o Ministério Público de Minas Gerais (2020), no dia 05 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco, controlada pelas empresas Vale e BHP Billiton. Esse desastre-crime, reconhecido como o maior desastre ambiental do Brasil, liberou milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro, que gerou mortes e destruição de comunidades e ecossistemas.



e as práticas pedagógicas. Concorde-se, portanto, com Kayapó e Brito (2014, p. 52) quando afirmam que

Para avançarmos no debate, é necessário que tenhamos clareza sobre a identidade desses sujeitos que a sociedade, a escola e o Estado têm apelidado genericamente de índio. Portanto, é necessário conhecer quem são os povos indígenas, quantos são, onde vivem e como se relacionam com o Estado atualmente. A partir daí, é possível e necessário voltar os olhos para o passado em busca de outras histórias que a historiografia e a escola negaram.

O caminho para uma formação antirracista que privilegie os saberes indígenas passa, portanto, pela problematização dos currículos escolares, dos recursos pedagógicos e das práticas escolares, bem como pelo resgate e (re)conhecimento de suas tradições. Neste processo, os autores supracitados destacam dois movimentos importantes, que foram realizados na pesquisa-ação aqui explicitada: a utilização da literatura infanto-juvenil produzida por autoras indígenas⁶, haja vista que existe um número expressivo deles publicando

histórias, mitos de origem, experiências de vidas e outros aspectos da cultura de seus povos [...] Além das literaturas produzidas pelos próprios indígenas, é importante que nas aulas sobre a temática indígena tenham, periodicamente, a presença de indígenas que relatem a situação social de seu povo e suas histórias, assim como é importante a realização de visitas técnicas dos alunos a aldeias, museus temáticos e eventos relacionados à questão (Kayapó; Brito, 2014, p. 59).

Neste sentido, com vistas a contribuir para o percurso formativo de professoras e crianças da Educação Infantil, a equipe de bolsistas contou com a participação de uma professora indígena, da etnia Xacriabá, que naquele período era graduanda do curso de Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI), ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁷. Sua participação buscava reafirmar o seu lugar como pesquisadora, bem como assegurar o encontro e partilhas entre mulheres afropindorâmicas e as contribuições a partir da

⁶ Thiél (2013, p. 1177) corrobora esta perspectiva, destacando o aumento da produção de autores indígenas no país, sobretudo no final do século XX, ao mesmo tempo em que não há uma equivalência no que diz respeito à sua circulação. Segundo ela, “professores desconhecem os autores indígenas ou julgam suas obras por critérios canônicos ocidentais de literariedade, o que faz com que não reconheçam nestas textualidades valor estético comparável àquele dos textos recomendados nos currículos e exigidos em exames e concursos”.

⁷ A Formação Intercultural de Professores Indígenas (FIEI) teve início em 2006, na Universidade Federal de Minas Gerais e foi financiada pelo Programa das Licenciaturas Indígenas (Prolind) do Ministério da Educação (MEC). A experiência de 2006 funcionou como uma espécie de piloto para a criação de uma nova licenciatura na Faculdade de Educação (FaE), com entrada regular de 35 alunos indígenas por ano, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O FIEI foi criado numa parceria entre a UFMG e lideranças indígenas das mais diversas etnias e tem por objetivo a formação de educadoras/es indígenas para atuarem em suas comunidades, com ênfase numa perspectiva intercultural. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/019452.shtml>; <https://www.ufmg.br/mostra/curso/formacao-intercultural-para-educadores-indigenas-licenciatura/>. Acesso em: 21 dez. 2024.



perspectiva indígena, além da possibilidade de compartilhar com a equipe, professoras e crianças, os seus fazeres-saberes. Também foram adquiridos e doados para as professoras e crianças os livros de literatura infantil produzidos por mulheres negras e indígenas⁸, dentre os quais, para este texto, será enfatizada a obra “Pássaro Encantado” da intelectual indígena Eliane Potiguara.

A partir do trabalho com a obra buscou-se apresentar a autora, sua trajetória, sua produção literária, evidenciando os modos pelos quais ela mobiliza visões de mundo relacionadas a história e cultura dos povos originários. O intelectual indígena Daniel Munduruku (2011, s.p.), ao realizar reflexões sobre a relação entre a oralidade e a escrita, características desta literatura, afirma que

O papel da literatura indígena é, portanto, ser portadora da boa notícia do (re)encontro. Ela não destrói a memória na medida em que a reforça, e acrescenta ao repertório tradicional outros acontecimentos e fatos que atualizam o pensar ancestral. [...]. Pensar a Literatura Indígena é pensar no movimento que a memória faz para apreender as possibilidades de mover-se num tempo que a nega e que nega os povos que a afirmam. A escrita indígena é a afirmação da oralidade.

Nesta perspectiva, torna-se urgente que estas obras adentrem o espaço escolar, de modo que professoras(es) e estudantes tenham a oportunidade de ampliar os seus repertórios, suas sensibilidades e olhares no que diz respeito a autoras/es indígenas e as suas narrativas. Com isto, espera-se romper com narrativas simplórias, que reduzem a contribuição dos povos originários à culinária e aos usos de redes e plantas, por exemplo, possibilitando a emergência de seus saberes ancestrais, tal como nos informa Kayapó e Brito (2014).

Diante do exposto, este trabalho está organizado da seguinte forma: inicialmente apresenta-se a trajetória e produção da intelectual indígena Eliane Potiguara, articulada a ação desenvolvida na escola parceira, cuja ênfase são as contribuições da obra “O pássaro encantado” para uma formação antirracista na educação infantil, que privilegie as tradições ancestrais indígenas. Posteriormente, é apresentado o percurso intelectual e político da pesquisadora e deputada federal Célia Xacriabá, bem como o seu conceito Ancestralitura em diálogo com o livro Pássaro Encantado.

⁸ Foram adquiridos e distribuídos os seguintes livros: “O mundo no Black Power de Tayó” (2013); “Com qual penteado eu vou” (2021); “Pássaro encantado” (2014); “Coração na aldeia, pés no mundo” (2018). Foi trabalhado o livro “Omo Oba, histórias de princesas” (2009), mas este não foi disponibilizado para os participantes da pesquisa-intervenção, uma vez que havia esgotado na editora.



2 SABERES E NARRATIVAS DE ELIANE POTIGUARA

Aqui, buscamos dialogar com os ensinamentos e desaprendizagens propostos pela história de vida e as narrativas da escritora indígena Eliane Potiguara. As marcas da colonialidade têm, em muitas realidades, negado à escola o direito de dialogar com os saberes produzidos pelas mulheres indígenas. Nesse contexto, os livros didáticos, o currículo escolar e a formação de professoras/es continuam legitimando e reproduzindo imagens de controle que buscam objetificar e negar às mulheres indígenas o direito de estabelecerem sua própria identidade e nomear as suas histórias (Dutra; Mayorga, 2019).

Compreendemos que escutar as vozes das mulheres indígenas, ser interpeladas por seus saberes e produzir práticas antirracistas, no chão da escola, é assumir um compromisso ético-político de romper com as visões distorcidas sobre os povos originários e tecer estratégias para “(...) instigar a que todes nós possamos coletivamente considerar, rever, reescrever e, na melhor das hipóteses, reparar mais efetivamente a ferida colonial que o etnocídio tem feito em nosso território desde 1500” (Núñez, 2022, p.10). Com esta afirmação, Geni Núñez nos convoca a repensar as estruturas educativas e a enfrentar o silenciamento histórico imposto aos saberes indígenas. Ao reconhecer essas vozes, a escola pode se tornar um espaço de resistência e cura coletiva. É nesse movimento que se fortalece a construção de uma educação antirracista e decolonial.

Com vistas a dismantlar as imagens racistas que compreendem os povos indígenas como grupos selvagens, vítimas da colonização e em vias de extermínio, foram promulgadas as Leis Federais n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na Educação Básica. Conquista que foi resultado das lutas e reivindicações dos movimentos negros e indígenas. A Lei 11.645/2008 coloca-se como uma reparação histórica às marcas produzidas pelo etnocentrismo europeu, sendo uma ferramenta para reafirmação da diferença no espaço escolar. Todavia, o movimento de mulheres indígenas tem apontado para a urgência dos processos formativos estarem também comprometidos com o seu saber-fazer.

As intelectuais latino-americanas Claudia Mayorga e Juliana Dutra (2019) destacam que nas últimas décadas tem ocorrido o aumento da participação das mulheres indígenas nos espaços públicos e de deliberação política. Movimento que tem debatido e reivindicado a demarcação das terras, o enfrentamento a violência familiar e interétnica, o acesso a políticas para a geração de



renda, a soberania alimentar, a garantia do acesso a serviços de saúde e educação, a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos, o combate ao racismo, entre outros (Voz das Mulheres Indígenas, 2018).

No documento final da Primeira Marcha das Mulheres Indígenas, que ocorreu em 2019, com a participação de 2.500 mulheres representando as cinco regiões do país, as mulheres indígenas afirmam: “Não basta reconhecer nossas narrativas, é preciso reconhecer nossas narradoras”. Nesse mesmo documento, as mulheres indígenas colocam-se também como guardiãs das memórias ancestrais:

Nosso dever como mulheres indígenas e como lideranças, é fortalecer e valorizar o nosso conhecimento tradicional, garantir os nossos saberes, ancestralidade e cultura, conhecendo e defendendo nosso direito, honrando a memória das que vieram antes de nós. É saber lutar da nossa forma para potencializar a prática de nossa espiritualidade, e afastar tudo o que atenta contra as nossas existências.

Nesse sentido, a construção de espaços de resistência também se faz por meio da construção de diálogos entre escolas indígenas e não indígenas. Para tanto, pensar práticas pedagógicas na educação básica em diálogo com a literatura produzida por Eliane Potiguara, torna-se um dispositivo para compreender as múltiplas narrativas, as estratégias de luta e os movimentos de resistência forjados pelas mulheres indígenas.

Eliane Potiguara nasceu no Rio de Janeiro em 1950 e pertence a uma família de indígenas que foram obrigados a viver fora da sua aldeia localizada na Paraíba. A autora tem se destacado como uma importante liderança do movimento de mulheres indígenas e, ao longo da sua trajetória, tem atuado como escritora, professora, poeta e contadora de histórias (Potiguara, s.d.)

Com relação a sua formação acadêmica, ela possui graduação em Letras (Português-Literatura), é licenciada em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui especialização em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e no ano de 2021, recebeu o título de doutora “honoris causa”, do Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A autora indígena participou de vários seminários sobre Direitos Indígenas na ONU e foi nomeada uma das “Dez Mulheres do Ano de 1988” pelo Conselho das Mulheres do Brasil, por ter criado, em 1978, a primeira organização de mulheres indígenas no Brasil: GRUMIN (Grupo Mulher-Educação Indígena), e por auxiliar na educação e integração das mulheres indígenas, sobretudo, no campo social, político e econômico. Ela também contribuiu na elaboração da



Constituição Brasileira e na construção da "Declaração Universal dos Direitos Indígenas", na ONU, Genebra.

No campo da educação, Eliane Potiguara elaborou, em 1994, cartilhas de alfabetização indígena pautada na metodologia de Paulo Freire, além de ter publicado cinco importantes livros intitulados: "A terra é a mãe do índio" (1989), "Metade cara, metade máscara" (2004), "O Coco Que Guardava a Noite"(2012), "O pássaro encantado" (2014) e "A Cura da Terra"(2015). No prefácio do livro "Metade cara, metade máscara" de Eliane Potiguara, o escritor e mestre indígena Ailton Krenak (2019, p.12) afirma:

Eliane Potiguara com sua instigante presença, no nascente movimento de ideias que veio configurar o Movimento Indígena, foi essa voz mulher extemporânea, marcando a diferente visão de gênero, que nós seus irmãos de luta, todos formados no mundo masculino, tínhamos dificuldade de entender. Com seus textos políticos, incitando a luta contra o colonialismo e racismo institucional, esta guerreira avant la lettre, chegou falando aos Kurumim, alfabetizando em línguas estranhas e pagãs, convocando para outras poéticas da Terra Mãe (...).

Durante o projeto realizado na Escola Municipal XX, junto às professoras e as crianças da Educação Infantil, compartilhamos a narrativa do livro "O pássaro encantado". Essa obra apresenta a história de um diálogo entre a grande avó indígena e as crianças da aldeia. Diante do medo das crianças do intenso e alto canto de um pássaro, a anciã compartilha a narrativa de um pássaro encantado e ancestral que vivia na floresta, junto com os rios, as árvores e os seres encantados. A ave era linda e gigante, possuía asas imensas e as suas penas eram verdes, amarelas, azuis e brancas. O pássaro afirmava, em seu canto único, a ancestralidade e a importância da grande avó

(...) era como se ele reconhecesse na Avó a Grande Mãe da Terra, aquela que tudo sabe e protege, a que tem a intuição como estrada e anda como a guerreira à sua frente contra qualquer perigo à sua espécie. É a mulher que detém o conhecimento sobre a história daquele povo e que tem o dom de curar a todos: A mulher sábia! A mulher que todos respeitam"! (Potiguara, 2014, p.18).

Destaca-se que o modo como a avó se relacionava com o grande pássaro revelava uma parceria antiga, de intimidade e de confiança. Segundo a grande avó, o pássaro ancestral trazia um canto suave que "os seus avós cantavam para ela" (Eliane Potiguara, 2014, p.13), canto que produzia alegria, que reafirmava a beleza e a ancestralidade daquele povo. O canto do pássaro trazia um convite para a brincadeira e gerava sorrisos nas crianças. As suas penas eram compartilhadas



com as mulheres para a construção de lindos cocares e colares para serem usados nas festas e nos rituais.

A avó finaliza a história do pássaro ancestral trazendo a seguinte afirmação: “Vocês não devem se assustar com o canto do pássaro que vem de longe. De tempo em tempo, ele aparece para trazer aprendizado e alegria para vocês. É a ancestralidade do nosso povo, a nossa memória, os nossos costumes”. (Eliane Potiguara, 2014, p.24). Aqui, a autora evidencia a força da ancestralidade como fonte contínua de saber, memória e identidade para os povos indígenas.

No livro “O pássaro encantado”, Eliane Potiguara constrói uma narrativa que privilegia o olhar da mulher indígena acerca da sua história. Por meio da oralidade, a voz e os saberes coletivos dos povos indígenas brasileiros são anunciados. Ao trazer a figura do pássaro ancestral, a literatura de Potiguara nos convida a um deslocamento contracolonial, no qual a corporeidade, o encontro entre os mais jovens e as/os velhas/os, a relação dos povos indígenas com os animais, os cursos dos rios e a floresta, bem como o canto, o artesanato e os grafismos ocupam um lugar de centralidade na construção e fortalecimento do corpo-território dos povos indígenas.

Na história de vida de Eliane Potiguara, os seus ancestrais vivenciaram deslocamentos forçados dos seus territórios originários, localizados, inicialmente, na costa da Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará e no Maranhão. Nessa travessia para o Rio de Janeiro, produzida pelo racismo ambiental, a grande avó e as mulheres da sua família foram responsáveis por curar as feridas/medos coloniais e cuidaram das memórias ancestrais. Segundo Ana Paula dos Santos (2023, p.5): “[...] mesmo sendo criada na cidade e longe de sua aldeia, a autora faz um longo percurso de regresso às suas tradições através da vivência com a mãe e a avó. As figuras femininas foram fundamentais no processo de cura [...]”.

Vemos que a história de vida e a literatura indígena de Eliane Potiguara anunciam as lutas e resistências das mulheres indígenas brasileiras. Ela apresenta uma composição poética e literária que se contrapõe às narrativas coloniais e nos convoca a movimentos de desaprendizagem, por meio dos quais os rituais, a ancestralidade, a oralidade e a memória são recursos de luta, modos de produção de bem viver e instrumentos para a construção de uma ecologia decolonial.

Nessa escrita buscamos denunciar os silenciamentos produzidos pelo epistemicídio sustentado pelo sistema colonial/moderno de gênero e compartilhar pistas para o reflorestamento de um fazer-saber produzido no chão da escola, a partir de práticas antirracistas e contracoloniais.



3 DIÁLOGOS INICIAIS COM A ANCESTRALIDADE DE CÉLIA XAKRIABÁ: POR UM OLHAR CONTRACOLONIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Célia Nunes Correa é uma intelectual indígena do povo Xakriabá, do Norte de Minas Gerais. É deputada federal, eleita por este estado, em 2022. Estudou na escola indígena do território Xakriabá até o Ensino Médio e, entre 2009 e 2013, foi para a Universidade Federal de MG, estudar no FIEI/PROLIND. Em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), trabalhou com pintura corporal e espiritualidade, com o objetivo de entender como a pintura veste, reveste e subverte a presença dos corpos indígenas, tanto no espaço da Universidade, quanto em outros espaços. Terminada a graduação, Célia retornou para o território Xakriabá onde assumiu o cargo de professora de cultura na escola indígena de seu povo. Conforme ela mesma relatou em sua defesa de tese:

Quando eu retornei para ser professora de cultura, ensinava, por exemplo, não exatamente matemática, geometria, mas as formas geométricas da pintura corporal, para falar de geometria na matemática. Porque a escola indígena, para nós, ela tem que ensinar para a vida, dialogar com a vida. Assim, quando falamos da educação territorializada e diferenciada, não é somente sair capturando as coisas para dentro da escola, mas é pensar como a escola vai se deslocando também, porque sem deslocamento não há aprendizado (UFMG, 2024).

Em 2018 concluiu o mestrado na Universidade de Brasília (UNB), com a dissertação “O Barro, o Genipapo e o Giz”, cujo objetivo foi:

refletir sobre os saberes e os fazeres presentes no território, analisando as experiências de educação indígena mesmo antes da presença da escola e depois do amansamento dessa. Deste modo, o título se refere a esse trânsito de ciclos de saberes que envolve as diferentes agências (e agentes) pelas quais se produz o conhecimento, constituindo um fazer epistemológico de autoria Xakriabá (Correa, 2018, p. 9).

Em sua dissertação, Célia nos fala que a história Xakriabá é marcada por três temporalidades simbolizadas pelo barro, pelo genipapo e pelo giz, “três símbolos que contam sobre a nossa trajetória, inspirados em nossas raízes profundas” (Correa, 2018, p. 61). Ao explicar essas temporalidades, ela nos diz que:

O barro representa um período em que não existia a presença da instituição escola, mas que já existia a educação indígena, transmitida pelo entoar da palavra, na oralidade. [...] Quanto ao período do Genipapo, faço referência aos momentos rituais em que as nossas tradições se materializam em nossos corpos. O povo Xakriabá e o genipapo estabeleceu



historicamente uma forte relação com as pinturas corporais, representando o fortalecimento da nossa identidade como um dos processos que configuram a nossa forma de fazer educação indígena (não na escola, mas em nosso cotidiano). [...] Utilizo o giz para simbolizar a ressignificação da escola, a partir da nossa concepção de educação, fazendo frente à escola que chega como instituição externa, em um primeiro momento desagregadora de nossa cultura. O Giz é uma referência ao que chamamos de "amansamento da escola" (Correa, 2018, p. 62).

Célia é uma pensadora, educadora e parlamentar que, por onde passa, provoca tensões importantes e necessárias em relação às presenças indígenas, nos diferentes espaços que ocupam. Uma recente provocação feita pela autora está em sua tese recém defendida na Universidade Federal de Minas Gerais, onde se intitulou doutora em Antropologia. Já no título da tese, a ser publicada em breve, se lê: "Ancestralitura: sabedoria indígena na política e na universidade" e, como ela mesma disse em sua defesa, procura tensionar como o pensamento, o conhecimento e a cultura indígena são recebidos nos espaços em que chegam, como na universidade, mas também, na política, a partir do lugar que vem ocupando no Congresso Nacional.

De acordo com Célia, a Ancestralitura é "o trânsito atemporal do conhecimento no tempo do tempo intra temporal na literatura". A intelectual definiu a Ancestralitura como o transporte da sabedoria, um transportante atemporal, tendo em vista que a ancestralidade não é somente transporte racional, e sim espiritual, um texto escrito, tecido com contexto, com a vida e a pesquisa em movimento. O que a autora propõe é "uma possibilidade de reflorestarmentes, para romper com os racismos da presença e da ausência", conforme ela disse em sua defesa. Ou seja, é um chamado a novas conexões, "na tentativa de proporcionar a todos os povos do mundo uma nova forma possível de nos relacionarmos com a Mãe Terra, e também entre nós, seres que nela vivemos"⁹, no sentido de lutar contra projetos exploratórios e racistas.

Nesse sentido, o seu trabalho converge com o de mestre Nego Bispo, que também nos convoca a reconhecer um fazer-saber contracolonial, movimento/conceito que se refere à resistência e oposição às estruturas, práticas e mentalidades herdadas do colonialismo. Envolve um esforço ativo para desconstruir e desafiar as narrativas, sistemas de poder e formas de opressão que perpetuam a desigualdade entre povos colonizadores e colonizados. A contracolonialidade significa buscar um diálogo que privilegie a valorização das culturas locais, a soberania cultural e política dos povos subalternizados e a promoção da justiça histórica (Santos, 2023).

⁹ Manifesto Reflorestarmentes. Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto-reflorestarmentes-reflorestarmentes-de-sonhos-afetos-soma-solidariedade-ancestralidade-coletividade-c-historia/>. Acesso em: 02 maio. 2025.



A força da ancestralidade, presente na oralidade e na escrita das mulheres indígenas, nos ensina a contracolonizar as práticas escolares. No campo da educação infantil, ao assumir a literatura indígena, sobretudo, aquelas produzidas por mulheres, forjamos espaços para construir caminhos para romper com o universalismo eurocêntrico/moderno/colonial, produzimos ecos para as narrativas que foram inaudíveis na historiografia oficial, tecemos pontos para caminhar COM as mulheres indígenas e convidamos as crianças a serem agentes na construção de outros modos de vida mais dignos, pautados na reescrita das suas próprias histórias e de suas comunidades.

No livro de Eliane Potiguara, a protagonista e os elementos da trama remetem à busca pela liberdade e à importância do resgate das raízes, simbolizados pelo pássaro encantado, que representa tanto a ancestralidade quanto o desejo de romper com as marcas produzidas pela colonialidade. Perspectiva que dialoga diretamente com o conceito de ancestralitura, definido por Célia Xakriabá como a escrita que carrega as vozes dos ancestrais, um modo de "escrever" que não se limita ao ato textual, mas que ressoa nas práticas cotidianas, no uso da oralidade e na vivência da cultura.

Enquanto Eliane Potiguara explora a conexão espiritual e simbólica com as raízes indígenas por meio de imagens poéticas e narrativas densas, Célia Xakriabá expande essa perspectiva ao afirmar que a ancestralidade é uma forma de escrever a própria história do povo de maneira coletiva e transgeracional. A ancestralitura propõe que cada gesto, cada ritual e cada palavra é uma extensão do legado deixado pelos mais velhos. Assim, o pássaro encantado de Potiguara não apenas voa em busca de sua identidade, mas também carrega consigo as vozes de um povo que resiste ao apagamento colonial.

Outra aproximação entre as autoras e a sua obra/conceito é a maneira como ambas destacam o papel das mulheres indígenas como guardiãs da memória e mediadoras entre o passado e o presente. As duas intelectuais destacam a força da mulher indígena como pilar de sustentação das culturas originárias, colocando a mulher como protagonista na reconstrução identitária e no fortalecimento das lutas coletivas.

Portanto, O Pássaro Encantado e a ancestralitura dialogam enquanto expressões de resistência, memória e afirmação identitária. Ambas transformam o ato de narrar em uma prática política e espiritual, oferecendo aos espaços escolares uma oportunidade de refletir sobre a necessidade urgente de valorizar as sabedorias indígenas e suas estratégias de reencantar o mundo com histórias que carregam a força da ancestralidade.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre a formação para as relações étnico-raciais no contexto brasileiro, é fundamental considerar os efeitos do sistema colonial/moderno sobre a constituição das matrizes curriculares dos cursos de formação de professoras/es. No período das navegações transatlânticas rumo ao território de Abya Yla, ainda no século XVI, os invasores europeus, para legitimar práticas violentas e relações de dominação direcionadas aos povos afropindorâmicos, forjaram novas identidades sociais: os índios, os negros e os mestiços. É nesse contexto, que os territórios, os saberes e as culturas desses povos foram silenciadas e desumanizadas.

As marcas da colonialidade seguem incrustadas nas práticas pedagógicas, nos currículos, no material didático, na formação das professoras e dos professores, tornando-se um dos desafios para a construção de práticas democráticas e antirracistas. Nota-se que as ações pedagógicas construídas no chão da escola são, historicamente, embranquecidas, eurocêntricas e racistas, que buscam garantir os privilégios sociais para a população branca, condição que se observa nos diversos estereótipos reproduzidos nos livros didáticos e nas interações sociais compartilhadas pela comunidade escolar.

Construir uma educação antirracista, pautada no compromisso ético-político de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, exige o enfrentamento à naturalização da inferiorização dos povos não brancos, bem como fomentar práticas voltadas a desconstruir a marginalização gerada pela intersecção de marcadores sociais e econômicos. Neste artigo buscamos refletir sobre a potencialidade das literaturas produzidas por mulheres indígenas para a formação antirracista de professoras na educação infantil, bem como para a construção de um fazer-saber em diálogo com a vida e a obra de Eliane Potiguara e a “Ancestralitura”, nos termos utilizados por Célia Xakriabá.

Privilegiar literaturas produzidas por mulheres indígenas na pesquisa-intervenção foi uma forma de buscar desconstruir narrativas colonizadoras e lógicas tutelares a respeito dos povos indígenas. As vozes e ensinamentos de Eliane Potiguara e Célia Xacriabá oferecem caminhos e possibilidades para pensarmos uma educação infantil contracolonial, na qual a ancestralidade e a terra assumem um lugar de fala e de agentes no processo de formação antirracista.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 mar. 2008.

CORREA, Célia Nunes. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais), Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, 2018.

DUTRA, J.C. DE O.; MAYORGA, C. Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.39, n. spe, p. e221693, 2019.

KAYAPÓ, Edson; BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Caicó**, Dossiê Histórias Indígenas, v. 15, n. 35, p. 38-68, jul./dez. 2014.

KRENAK, Ailton. Prefácio. *In*: POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 3. ed. Rio de Janeiro:Grumin, 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Rompimento da barragem de Fundão, em Mariana: resultados e desafios cinco anos após o desastre. **Site do Ministério Público de Minas Gerais**. Disponível em:

<https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/rompimento-da-barragem-de-fundao-em-mariana-resultados-e-desafios-cinco-anos-apos-o-desastre.shtml> Acesso em: 30 dez. 2024.

MUNDURUKU, Daniel. Literatura Indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade. **Revista Emília**, 2011.

NÚÑEZ, Geni. **Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude**. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis (SC), 2022.

POTIGUARA, Eliane. **O pássaro encantado**. 1ª ed. São Paulo: Jujuba, 2014.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 3. ed. Rio de Janeiro:Grumin, 2019.

POTIGUARA. Eliane. História. Histórico de Eliane Potiguara. **Escritora-Site oficial de Eliane Potiguara**. s/d. Disponível em: <https://www.elianepotiguara.org.br/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

TABAJARA, Auritha. **Coração na aldeia, pés no mundo**. São Paulo: UK'A Editorial, 2018.

THIÉL, Janice Cristine. A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013.



SANTOS, A. P. F.. A identidade indígena: memória e resistência na escrita de Eliane Potiguara. **BOITATÁ**, v. 18, p. 1-21, 2023.

SANTOS, A. B. DOS. **A terra dá, a terra quer**. 1a ed. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VOZ DAS MULHERES INDÍGENAS. Pauta nacional das mulheres indígenas (Cartilha). Brasília, DF: ONU Mulheres Brasil, 2018. Disponível em:
www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/06/PAUTA-Mulheres-indigenas-1.pdf.
Acesso em: 30 dez. 2024.

Enviado em: 30/12/2024
Aceito em: 21/03/2025